

Flavio Gatti¹
Rosângela Alves Sobrinho²

1. Doutorando do Programa Pós-Graduação em Geografia – USP (gatti@usp.br)
2. Mestre em Geografia-UFMT (rosangelamsc@gmail.com)

RESUMO

TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS ADVINDAS DA PRODUÇÃO SOJÍFERA EM MATO GROSSO/ BRASIL

Há algumas décadas, o processo acelerado de modernização da produção e métodos de trabalho no campo, vem provocando questionamentos sobre o uso do território através da agricultura e agroindústria. Esse caminho, rumo ao surgimento de novas unidades políticas, foi desencadeado com mais intensidade a partir de 1950, quando teve início o período de intensas transformações dos sistemas agrícolas no Brasil, que se assinala pela aceleração do processo de criação de “poderes” locais. Diante desta postura, o surgimento de novos municípios vem ocorrendo como uma forma de regularizar a fragmentação do território. E é com o intuito de elucidar o papel da agricultura como base transformadora política e territorial, que este trabalho analisa as novas territorialidades advindas da produção agrícola, tendo como base as políticas efetivadas no Estado de Mato Grosso, mais especificamente o antigo território do Município de Diamantino, o qual, no decorrer das últimas décadas em função do desenvolvimento agrícola, em específico da produção da soja, deu lugar ao surgimento de novos agrupamentos de poderes que geraram novos municípios.

Palavras-chaves: Novas territorialidades, expansão da soja, médio-norte matogrossense, Diamantino/MT.

RESUMEN

TRANSFORMACIONES TERRITORIALES SUCEDIDAS DE LA PRODUCCIÓN SOJÍFERA EN MATO GROSSO/ BRASIL

Hace algunas décadas, el proceso acelerado de la modernización de la producción y los métodos de trabajo en el campo, viene provocando los cuestionamientos sobre el uso del territorio con agricultura y agroindustria. Este camino, en sentido al surgimiento nuevas unidades políticas, fue desencadenado con más intensidad a partir de 1950, cuando tuvo el inicio de un período de transformaciones intensas de los sistemas agrícolas en Brasil, que si señala por la aceleración del proceso de la creación de “poderes” locales. Delante de esta posición, el surgimiento de ciudades nuevas viene ocurriendo como una forma de regularizar la fragmentación del territorio. Y es con la intención de aclarar el papel de la agricultura como base transformadora política y territorial ese este trabajo analiza los nuevos aspectos territoriales sucedidos de la producción agrícola, teniendo como base que la política logró en el estado de Mato Grosso, más específicamente el viejo territorio de la ciudad de Diamantino, en lo cual, en el transcurso de las décadas pasadas en función del desarrollo agrícola, en el específico de la producción de la soja, dio el lugar al surgimiento de nuevos grupos de poderes que generaron nuevas ciudades .

Palabras-llave: Nuevos aspectos territoriales, expansión de la soja, medio-norte matogrossense, Diamantino/MT.

1. INTRODUÇÃO

O processo acelerado de modernização da produção agropecuária brasileira vem provocando, há décadas, inúmeras modificações territoriais, impulsionadas pelo surgimento de novos poderes locais, que se fortalecem, desaparecem ou se alternam em ritmo sincronizado com as oportunidades e oscilações do mercado. No jogo deste processo dinâmico, Surgiram novas demandas políticas, inclusive a criação de novos municípios.

Segundo Cataia (2001, p. 15), logo após a Segunda Guerra Mundial o Brasil possuía 1.889 municípios e em 2001 somavam 5.561, ou seja, em menos de cinquenta anos, surgiram outras 3.672 novas unidades municipais. O Centro Oeste brasileiro é um exemplo atual de como a constituição da base técnica produtiva necessita de uma nova organização territorial para assegurar a efetivação e modernização do setor agropecuário.

Bernardes (2005, p. 02) afirma que um dos traços marcantes da economia na atual fase do desenvolvimento capitalista é a necessidade de criação constante de inovações, indicando a necessidade da modernização e de modernizar-se, produzindo mais e melhor em menos tempo, implicando na reestruturação do território, constituindo a ciência, a técnica, a informação, o planejamento, instrumentos cada vez mais eficazes no controle da natureza e da sociedade. As concepções sobre a dinâmica territorial nos levaram a refletir sobre uma geografia do poder, em que a idéia e o uso do território servem de base para o desenvolvimento, o qual propicia a reorganização do território mediante a estruturação dos micros e macros sistemas vigentes. Estas especificidades são bem evidenciadas no Estado de Mato Grosso, onde o processo de inserção no sistema produtivo nacional exigiu grandes transformações territoriais, viabilizadas por modernizações na organização político-administrativa, que deram lugar ao surgimento de novas fronteiras internas para a operacionalização dos novos poderes, inclusive dos novos municípios.

Em mato Grosso, o surgimento de novas unidades políticas intensificou-se a partir de 1950, período de intensas transformações dos sistemas agrícolas no Brasil, que se assinala o início da aceleração do processo de criação de "poderes" locais, que seriam representados por novos municípios. Diante desta postura, o processo de

criação de novos municípios vem ocorrendo como uma forma de regularizar a fragmentação do território.

Nos dias atuais, as atividades agrícolas, mais do que nunca estão vinculadas e devem ser tratadas em conjunto ao processo de adensamento político, transformação, adaptação e urbanização do território, pois como afirmou Santos (1993) a “força” da urbanização vem do campo.

Diante deste contexto, a realização deste trabalho envolveu a análise sobre parte do território mato-grossense, mais precisamente, a área integrante do antigo município de Diamantino, cujo dinamismo produtivo propiciou, nos últimos 30 anos, a formação de 16 novos municípios.

Para a análise do problema proposto, caracterizado pelas inúmeras transformações territoriais ocorridas no município de Diamantino, delimitou-se um período que compreende o espaço de três décadas, mais precisamente a partir da década de 1970, e utilizando como área de estudo a área compreendida aproximadamente entre os paralelos 11° N a 14° 30´ S e a 55° L a 58° 30´ O, entre as BR´s 163 e 364 que englobam os municípios de Alto Paraguai, Brasnorte, Campo Novo dos Parecis, Diamantino, Juara, Lucas do Rio Verde, Nortelândia, Nova Marilândia, Nova Maringá, Nova Mutum, Novo Horizonte do Norte, Porto dos Gaúchos, Santo Afonso, São José do Rio Claro, Tabaporã e Tapurah, todos desmembrados do antigo município de Diamantino, conforme Figura 01 a seguir

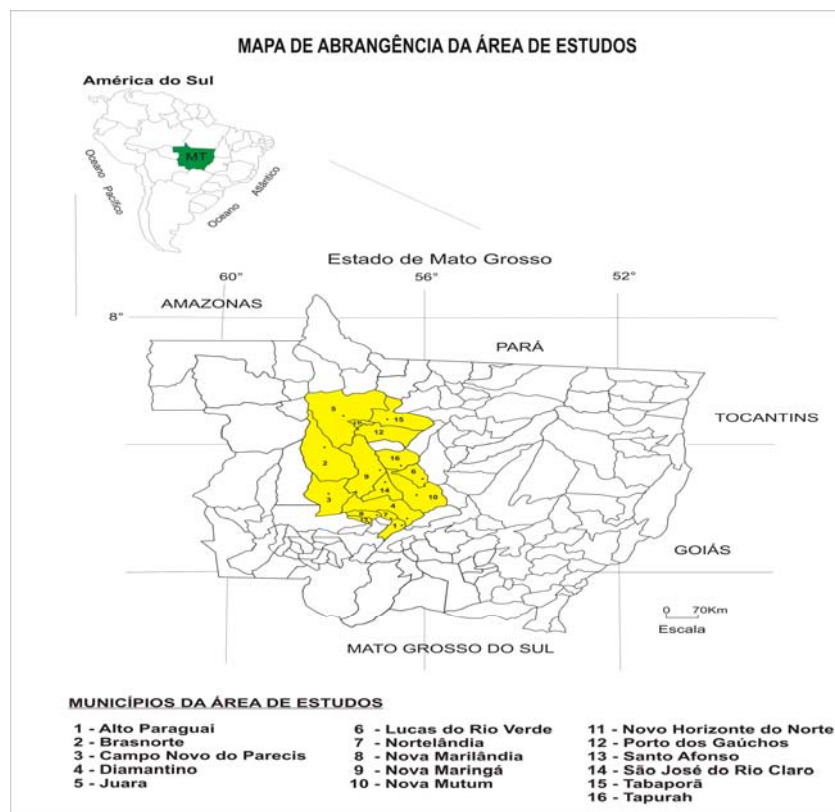
2. TERRITÓRIO: CONCEITO, USO E PODER

Ao longo dos séculos, desde a Antiguidade até aos dias atuais, poder e território caminham nos ideais políticos dominantes nas sociedades. Nessa longa caminhada o Estado - Nação delimitou um processo jurídico-político do território no intuito de legitimar entre outros, o domínio sobre os recursos naturais. O território tornou-se, portanto, base e fundamento do Estado - Nação. Deste modo, a geografia política desencadeou um papel importante com as idéias de Ratzel no momento em que Estado e território consolidavam uma ideologia de segurança nacional e concepção de território.

Sobre essa concepção e ideologia do Estado em relação ao território, Raffestin (1993, p.13) afirma que Ratzel partiu da idéia que existia uma estreita ligação entre o solo e o Estado. Para Ratzel, “o elemento fundador, formador do Estado, foi o enraizamento no solo de comunidades que exploraram as potencialidades

territoriais”. Ora, o Estado era então, o centro de todas as atenções, sendo assim, qualquer projeto político ou social o tinha como base de gerenciamento das propostas.

Figura 01 - Mapa da área de estudo



Fonte: Mato Grosso 1980 – Adaptado pelos autores/2006

Mas, recentemente, há elementos que mostram mudanças nas trajetórias da Geografia Política, como demonstra Oliveira (2002, p.75) quando hoje se fala em uma nova Geografia Política.

De uma concepção de poder relacionado apenas ao Estado, passa-se a pensar em poder na sociedade; de uma visão de território vinculado ao Estado-Nação, passa-se a ter uma visão de territórios múltiplos na sociedade; de uma concepção calcada na idéia de planejamento.

Deste modo, é interessante proceder-se à discussão de uma Geografia do Poder, cuja idéia de território, do seu uso, da sua construção, por instituições e grupos sociais que ao longo dos tempos, definiram novas formas, compreendendo dinâmicas de apropriação efetiva e afetiva, ou seja, uma combinação específica das variáveis econômicas, políticas e culturais locais, que determinam a intensidade da vantagem competitiva de um território e passam a cobrir aspectos como informação, produção, mercado de trabalho e governança institucional.

Esse estreitamento de relações entre a produção agrícola e o restante da economia é, portanto, um fator extremamente importante quando se quer distinguir a agricultura contemporânea daquela existente antes da revolução tecnológica, quando grande parte dos circuitos espaciais de produção, se esgotavam no interior do próprio estabelecimento agrícola.

Desta forma, podemos afirmar que o processo de modernização da agricultura existente em determinadas regiões e suas territorialidades, consiste em redes de poder, regidas por agentes hegemônicos do capital agroindustrial, agricultores, a agroindústria e o Estado. Ao se relacionar poder consistindo em atos, decisões que representam o mal, porém engloba outros elementos que determinam a dinâmica do poder, ou seja, o poder não se estabelece pelo ou a partir do Estado. O poder se manifesta por ocasião da relação. Para Raffestin:

Sendo co-extensivo de qualquer relação, torna-se inútil distinguir um poder político, econômico, cultural etc. Sendo toda relação um lugar de poder, isso significa que o poder está ligado muito intimamente à manipulação dos fluxos que atravessam e desligam a relação, a saber, a energia e a informação. Manipulação? Isso que dizer formação, acumulação, combinação e circulação da energia e da informação implicadas pela existência de um campo relacional qualquer que seja. (RAFFESTIN, 1993, p. 53)

Ao destacar a idéia espaço-território-territorialidade Raffestin lembra Lefebvre mostrando a passagem desse mecanismo na utilização do espaço físico modificado e transformado pelas redes, circuitos e fluxos. Nesse sentido ele reforça que “o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder”. (ibid, p.143). Ou nas próprias palavras de Lefebvre (1986, p. 193):

...de um espaço natural modificado para servir às necessidades e às possibilidades de um grupo, pode-se dizer que este grupo se apropria dele. A posse (propriedade) não foi senão uma condição e, mais frequentemente, um desvio desta atividade ‘apropriativa’ que alcança seu ápice na obra de arte. Um espaço apropriado lembra uma obra de arte sem que ele seja seu simulacro.

Assim, através do acirramento das interações entre os lugares, uma espacialização dos lugares e necessidade das redes, as fronteiras tornaram-se mais porosas (CATAIA, 2003, p. 05), portanto, é através delas que há uma regulação do território e suas regiões de modo que, o conjunto de técnicas só pode funcionar ou atravessar um determinado compartimento público se estiver em consonância com as normas de organização política local.

É nesse sentido que se percebe as diferenciações e os significados do território. A partir daí, o campo e a cidade, espaços de apropriação contínua das territorialidades tomam novas configurações sócio-espaciais nesse processo da interação agricultura/indústria e relações de poder, já que, com o processo global da economia capitalista o campo viabilizado pela agroindústria passou a exercer atividades não propriamente urbanas, mas atividades e elementos que criaram uma dinâmica unilateral de funcionamento. A agricultura passa a depender bem menos das condições naturais para obtenção de seus bens, constituindo-se como elemento determinante de sua dinâmica, ela incorpora a agroindústria e o meio técnico-científico-informacional.

Cabe aqui, um bom momento para apresentarmos a definição de outro termo utilizado, a desterritorialização, que segundo Corrêa (op. cit. p. 252), é entendida como a perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de condições capazes de desfazerem o território. Haesbaert (2002, p. 27) enriquece a análise sobre o processo de territorialização e desterritorialização, através de uma perspectiva mais ampla dando vários exemplos usando diferentes versões das quais são compatíveis à dinâmica territorial, aqui em especial ao caso mato-grossense. Mas antes ele parte de uma perspectiva de um discurso que distingue território e rede seja como referencial unilateral ou separadamente, mas como componente importante da territorialidade.

Nesse momento Corrêa (1994, p.252) se posiciona em relação às novas territorialidades.

As novas territorialidades ou re-territorialidades, por sua vez, dizem respeito à criação de novos territórios, seja através da reconstrução parcial, *in situ*, de velhos territórios, seja por meio de recriação parcial, em outros lugares, de um território novo que contém, entretanto, parcelas das características do velho território: neste caso os deslocamentos espaciais como as migrações, constituem a trajetória que possibilitam o abandono dos velhos territórios para os novos.

Em suma, parece que a dinâmica dos territórios percorre um “ciclo geopolítico”, no qual num primeiro momento é a luta contra o inimigo externo a força propulsora da “união”. Obtida a vitória, o território se expande, até o ponto em que o tamanho excessivo começa a gerar disfunções que estimulam a divisão. Muda-se, porém, de escala, isto é, altera-se a intensidade e o conjunto de relações, assim que encerrado cada ciclo.

3. O PAPEL DA SOJA NA PRODUÇÃO DE NOVAS TERRITORIALIDADES

O papel protagonizado, atualmente, pela soja no Brasil vem abrindo fronteiras, renovando e inovando territórios e implantando uma nova forma de concepção espacial, levando uma série de modificações, positivas e negativas, de caráter econômico, social e cultural para uma região considerada até poucas décadas com um “grande vazio”, ou seja, fazendo “brotar” áreas economicamente produtivas, bem como inúmeras cidades em espaços primariamente ocupados por cerrados. Ainda no âmbito das modificações provocadas pela soja, destacam-se aquelas de caráter físico e biológico, particularmente o assoreamento de rios, os desmatamentos em grandes proporções e o uso intenso de agrotóxicos.

Santos apud Bernardes (2006, p. 17) aponta que esta profunda ligação entre técnica, ciência e informação, vai constituir o que Santos denominava de meio técnico-científico-informacional, resultando na cientifização e na tecnicização da paisagem, que é rapidamente alterada em função de determinado produto, atendendo aos interesses dos atores hegemônicos, o que se vincula às correntes de globalização, conferindo uma nova qualidade a essa fronteira, e segundo ele, resultando na produção de uma nova geografia.

Deste modo, essa cultura, conseguiu atingir, principalmente nas últimas duas décadas, grande importância nacional e internacional. Com isso, atraiu muitos investimentos, tanto para o aumento de sua atividade primária no campo, quanto para competitividade final do grão de soja e de seus principais derivados, o farelo e o óleo, nos mercados internacionais (MORENO, 2005, p.145).

O que motivou a implantação da produção da soja, inicialmente, na região Sudeste e posteriormente na noroeste e norte do Estado de Mato Grosso, foram, as condições favoráveis relacionadas à temperatura, distribuição de chuvas e luminosidade, e ainda a topografia, a vegetação aberta do cerrado e de fácil exploração e a dimensão da área, já que se trata de maiores áreas planas contínuas do Brasil. Bernardes (2005, p. 03) afirma que tais condições naturais apresentavam vantagens competitivas em nível do mercado internacional, constituindo o cerrado uma significativa fronteira para a ciência e a tecnologia, onde coexistiam interesses diversos de ordem econômica e política.

Em Mato grosso, o complexo da soja, é constituído por um conjunto de atividades que, articuladas, integram diferentes setores da economia, definindo uma cadeia

produtiva altamente tecnificada. Assim, a apropriação territorial de Mato Grosso pelos projetos de colonização, urbanização, instalação de serrarias e a implantação e instalação agroindustrial para atender a cultura de grãos, como a soja, trouxe uma mudança significativa na paisagem natural, substituindo a vegetação natural pela cultivada. Ainda mais pelo fato de que a característica mais evidente da produção de grãos é a da necessidade de grandes extensões de terras para criar escalas requeridas para a competição internacional.

Freire Filho (2003, p.57) afirma que:

À medida que o campo se moderniza como acontece com o *commodity* soja, criam-se novas formas de consumo produtivo, em especial pela incorporação de ciência e informação às áreas rurais. Aumentam as necessidades de máquinas, complementos, insumos materiais e intelectuais, que atenderão a produção, ao crédito, à administração pública e privada.

Ou seja, a expansão da cultura da soja, foi um dos principais responsáveis pela introdução do conceito de agronegócio no país, não só pelo volume físico e financeiro envolvido, mas também pela necessidade da visão empresarial de administração da atividade em si, por parte dos produtores, fornecedores de insumos, processadores da matéria-prima e negociantes, de forma a manter e ampliar as vantagens competitivas da produção.

Essa infra-estrutura se apresenta sob vários aspectos: equipamentos e implementos de alta *performance*, com facilidade para renovação da frota; estratégias específicas para as vastas regiões de clima hostil às safras - o que premia a eficiência e não tolera a ineficiência; e logística de transporte. Porém, mesmo assim, a soja brasileira tem boa aceitação no exterior, entre outras coisas, por produzir óleo com um dos mais elevados teores de qualidade do mundo e de cor amarelo-ouro, aspecto valorizado pelos compradores - fatores influenciados pela insolação o ano todo, clima favorável e solo fértil existentes no País.

Mato Grosso é o maior produtor nacional de soja, com maior produtividade. Considerando as perspectivas de demanda e potencial de crescimento dessa cultura no Estado, tanto em área como em produtividade, a previsão é de que produzirá cerca de 45 milhões de toneladas em 2012. Em 2004, foram colhidas 15 milhões de toneladas, 27% da produção brasileira. Deste volume, 8,14 milhões de toneladas, na forma de grão, farelo e / ou óleo, foram embarcadas para mercados mundiais, principalmente Europa e Japão (MATO GROSSO, 2004)

Entre os fatores que levaram o Estado à condição de maior produtor nacional de soja estão: o incentivo do governo para ocupação destas imensas áreas “vazias” do cerrado, o desenvolvimento de novas variedades adaptadas ao clima da região, a topografia plana que favorece a mecanização e os investimentos privados em infraestrutura e na industrialização.

Desta forma, pode-se afirmar que estes espaços globalizados e estruturados em função da agropecuária revelam em si, diferenças a partir dos seus próprios mecanismos de construção. Ou seja, sua descontinuidade e sua co-existência são materializações concretas deste processo (PEIXINHO 2006, p. 161). O processo de criação destes novos municípios ocorre de forma regular no território. A criação de novas unidades municipais tende a seguir um caminho rumo à transformação dos macro-sistemas. Assim, através de projetos de modernização, o urbano vai sendo construído no contexto da agricultura moderna no Cerrado, proporcionando o reordenamento dos centros urbanos já existentes, através da criação de novos núcleos surgidos em função de adensamentos populacionais nas áreas de maior produção.

Vale ressaltar que as cidades surgem e crescem mais rapidamente que a própria fronteira agrícola, de modo que, com freqüência, os distritos são desmembrados dos municípios de origem tornando-se grandes produtores individuais de soja, ou seja, seguramente pode-se afirmar que o processo de produção e expansão da soja é o principal fator responsável pelo notável surgimento e crescimento das áreas urbanas no estado de Mato Grosso, onde ocorre uma grande mudança estrutural e econômica devido ao surgimento de comércios varejistas, atacadistas, representações comerciais, bancos, escolas, universidades, faculdades, entre outros. Esses estabelecimentos, em sua maioria, estão ligados ao surgimento e manutenção do complexo sócio-econômico-espacial criado pela soja.

4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO - O MUNICÍPIO DE DIAMANTINO

Território de várias nações indígenas, o antigo município de Diamantino estendia-se até a confluência dos rios Juruena e Teles Pires, abrangendo um extenso território. Depois da decadência da mineração e da borracha, Diamantino viveu um longo período de estagnação, ressurgindo na década de 1960, quando começou a receber intenso fluxo migratório. À medida que crescia a migração, criavam-se núcleos de colonização, que cresciam e depois de um tempo se emancipavam. Em decorrência

deste processo, nos últimos anos o município de Diamantino perdeu a maior parte de seu antigo território com a emancipação de novos municípios. Com exceção dos municípios de Alto Paraguai, que nasceu do garimpo de diamante, e Campo Novo dos Parecis, que surgiu em torno das grandes fazendas de soja, todos os outros municípios desmembrados de Diamantino, nasceram de núcleos de colonização (BARROZO, 2002).

Atualmente o município de Diamantino possui acesso por rodovias pavimentadas e é atravessado pelas rodovias MT-270, MT-343, BR-364 e BR-163, é atendido pelo sistema interligado de energia elétrica, e apresenta nível médio de disponibilidade de telefonia e infra-estrutura. Possui um índice de 77% de população urbana. Suas principais atividades econômicas estão ligadas à agricultura, especialmente a agricultura empresarial da soja, e a pecuária.

Segundo o Perfil do Município de Diamantino (MATO GROSSO, 1984, p. 14), sua história é marcada pela ocorrência de fatos históricos de características peculiares e curiosas, determinados por ciclos econômicos distintos como: o ouro, a borracha, o diamante, a pecuária e atualmente a agricultura. Além disso, por várias vezes fora elevado à categoria de Vila (município), retornando posteriormente a situação de distrito.

A partir daí, por iniciativa do Governo do Estado, criou-se um programa de vendas maciças de terras e incentivos a colonização. A real ocupação se deu a partir de 1970, através do Plano de Integração Nacional – PIN, viabilizada pelo então Presidente da República Gal. Emilio G. Médici.

Segundo Barrozo (2002, p. 07):

O município de Diamantino, que até os anos 50, tinha mais de 100.000 km², perdeu grande parte de seu território com a formação de novos municípios. Sua estrutura fundiária também sofreu profundas transformações. Os pequenos estabelecimentos rurais, com menos de 100 hectares, diminuíram em número.

A partir da década de 1960, o município de Diamantino sofreu uma intensa migração. Um dos fatores de maior importância e incentivo para efetivação do plano de colonização do Médio Norte mato-grossense, foram os investimentos em obras de infra-estrutura, como por exemplo, as rodovias. Estas obras constituíam-se pré-requisitos para a ocupação de onde se buscavam além de tudo, uma produção futura de bens e serviços que fixassem as populações nos novos centros urbanos.

A Rodovia Cuiabá – Santarém possui 1.700 km disposta no sentido Norte – Sul. Iniciada em 1971, foi inaugurada em 1976, pelo então Presidente da República General Ernesto Geisel. Sua construção pode ser considerada como um fator positivo, pois, facilitaram as migrações, as instalações humanas e estimulou o desenvolvimento econômico através da possibilidade do escoamento da produção agrícola e pecuária.

Com o plantio no cerrado, a moderna tecnologia aplicada à agricultura, a abertura das BR's 163 e 364 e com a intensa migração advinda principalmente do Sul do país, a partir de 1976, ocorreu o maior desenvolvimento de todos os tempos, colocando Diamantino, antes conhecido por sua grande riqueza mineral, como destaque não só na região, mas também no contexto do Estado como município produtor de grãos (soja e algodão).

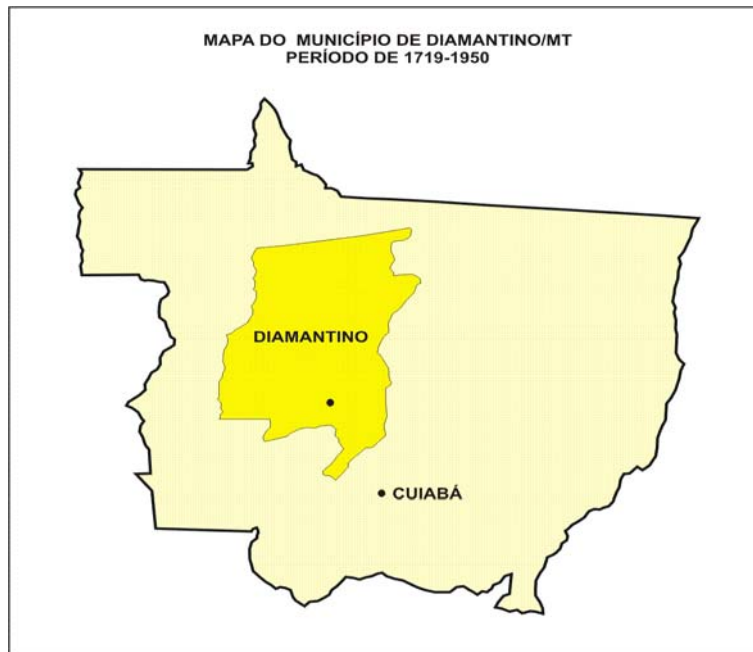
5. MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO

Será apresentado neste item, um breve levantamento da divisão territorial do Município de Diamantino, apresentando as novas territorialidades surgidas inicialmente através dos programas de povoamento do governo federal, favorecidas pela abertura da BR-163, e mantidas através da produção de soja, da pecuária, cultivo de algodão e da indústria madeireira.

Através das figuras apresentadas a seguir, pode-se avaliar noção da dimensão territorial original do Município de Diamantino e sua desterritorialização no processo de criação de novas municipalidades neste território. Desta forma encontramos na figura 02 a seguir, a representação da primeira constituição territorial do município de Diamantino, onde se observa toda a magnitude e extensão do território original. Pode-se observar que num período de 231 anos, o território manteve-se intacto, sem mudanças em sua totalidade.

Já a partir de 1951, conforme a figura 03 a seguir, já se pode observar uma alteração do território através do desmembramento e constituição de 04 novos municípios dentro de sua extensão original: Alto Paraguai, Nortelândia, Porto dos Gaúchos e São José do Rio Claro. Aqui, em um período de 29 anos o território original foi desmembrado em 05 unidades territoriais.

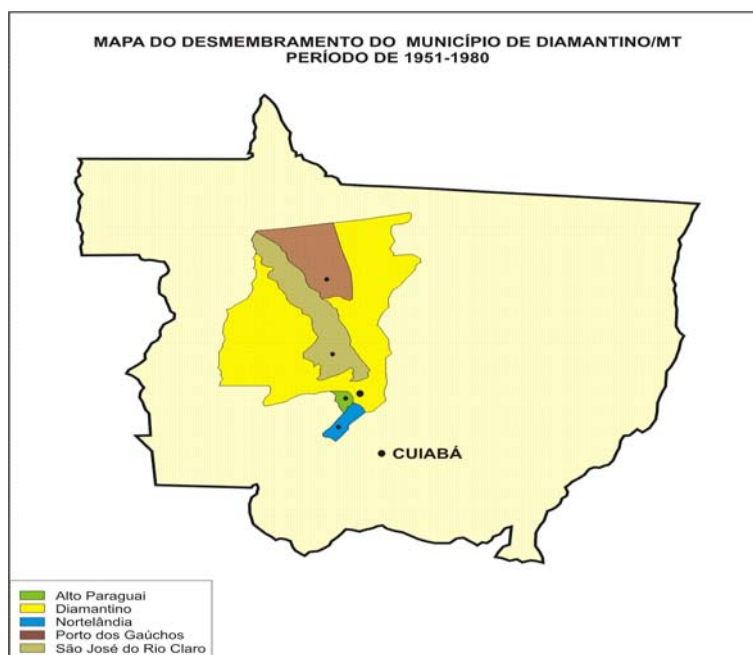
Figura 02 – Mapa do Município de Diamantino 1719-1950



Fonte: Mato Grosso 1980 – Adaptado pelos autores/ 2006

A partir de 1981, essa dinâmica territorial se intensifica, transformando o território não só em sua divisão municipal, como também em sua extensão. Pode-se verificar que, no curto espaço de 09 anos, um território que continha 05 unidades municipais se desterritorializa dando origem a nada menos que 12 municípios. Fica nítida, portanto, que essa dinâmica transforma radicalmente o território e suas concepções iniciais.

Figura 03 – Mapa do Desmembramento do Município de Diamantino 1951-1980



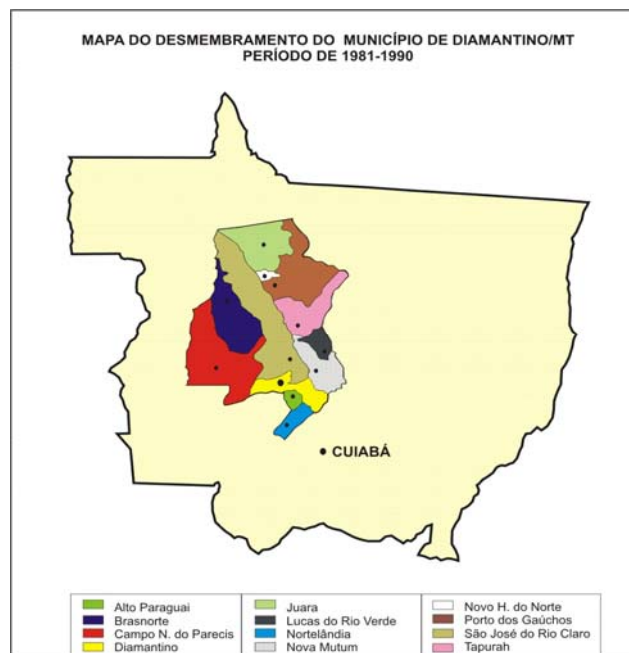
Fonte: Mato Grosso 1980 – Adaptado pelos autores/ 2006

Fortuna (2005, p. 77) afirma que:

Em algumas regiões do Estado de Mato Grosso constata-se grandes mudanças na organização espacial de suas atividades econômicas num período extremamente curto de 10 anos. Essas mudanças advindas da produção sojifeira [...] influenciam a dinâmica político-social regional, (re) criando novas formas espaciais como novos espaços de produção e de circulação no território.

Este aspecto salientado pelo autor pode ser verificado na figura 04 abaixo:

Figura 04 – Mapa do Desmembramento do Município de Diamantino 1981-1990



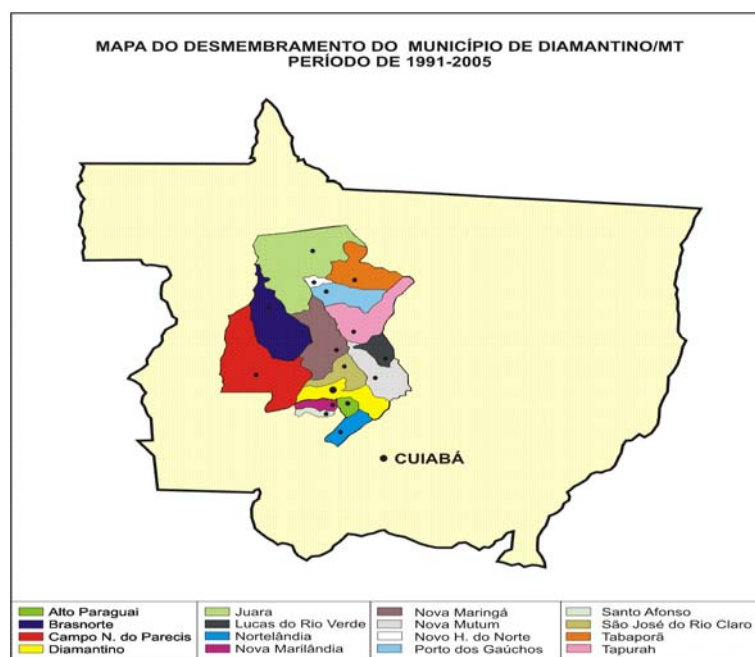
Fonte: Mato Grosso 1990 – Adaptado pela autores/2006

Já em um último momento, conforme vimos na figura 05 a seguir, o círculo de transformação territorial se fecha, e o antigo município de Diamantino, passa a comportar em sua área original, a totalidade de 16 municípios, todos desmembrados de seu território, tornando-se um espaço totalmente transformado/ modificado, acrescentando a sua realidade original novas culturas, economias e sociedades. Transformando não só sua parte física, mas somando, dividindo e subtraindo todos os fatores sócio-econômico-culturais dispostos em uma formação territorial.

Bernardes (2005, p. 16) afirma que:

Nesse contexto o jogo está aberto, fenômenos de abertura de novos espaços produtivos e de cooperação podem ser identificados, vinculados a novos potenciais, assim como fenômenos de fechamento de espaços tradicionais. O que vale é a produção do território, é a produção do espaço como trabalho morto e as ações que o produzem...

Figura 05 – Mapa do Desmembramento do Município de Diamantino 1990-2005



Fonte: Mato Grosso 1990 – Adaptado pelos autores/ 2006

Porém vale ressaltar que entre os 16 municípios da área de estudo, nem todos são produtores de soja, como por exemplo, Juara, Novo Horizonte do Norte e Santo Afonso, nos mostrando que nem todos os municípios desmembrados de Diamantino surgiram ou vivem em função da soja, tendo como base para seu desenvolvimento econômico outros produtos.

Becker *apud* Escada (2005, p. 01), em seus mais recentes trabalhos, apresenta algumas hipóteses sobre a nova fronteira de ocupação, tendo sua gênese em um contexto diferenciado daquele das décadas de 1960 e 1970, quando o governo induziu a formação da fronteira agrícola na Amazônia e a intensificação da ocupação destas regiões que se prolongou até as décadas de 1980 e 1990. A nova fronteira estaria constituindo-se por frentes localizadas, impulsionadas por uma maior diversidade de atores e por diferentes motivações econômicas: terra, soja, pecuária e exploração madeireira. Considerando que a compreensão da dinâmica e a formação da fronteira podem auxiliar na construção de políticas públicas para a região.

Desta forma, o desenvolvimento produtivo do território compreende a articulação de diferentes atividades urbanas e rurais, a integração das micros e pequenas empresas em cadeias produtivas e mais amplamente, a formação de redes de cooperação, tendo a economia informal como um potencial a ser desenvolvido e

articulado a este conjunto. Envolve ainda a mobilização da poupança local, como oportunidade de geração de trabalho e renda através de investimentos no sistema produtivo local.

Para Santos (1999, p. 197):

Os lugares se distinguem pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos. Essa rentabilidade é maior ou menor, em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infra-estrutura, acessibilidade) e organizacional (leis, locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laboral).

Toda essa dinâmica territorial e populacional, acabou acarretando a transformação de funções historicamente exercidas por determinadas áreas de produção agrícola e por determinados produtos agrícolas, gerando uma nova e mais profunda divisão social e territorial agrícola no Brasil.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil, ao longo de sua história econômica apresentou vários momentos no qual um determinado produto foi fundamental para um conjunto de transformações que influenciaram não só a economia, mas também a política, sociedade, demografia, cultura, ocupação e a valorização de determinados espaços geográficos.

A agricultura é uma atividade milenar e universal e, com raras exceções, pode-se dizer que ela é praticada por todos os povos em todos os países do mundo. Entretanto, o modo ou a forma de praticá-la (sistema agrícola) difere muito de um lugar para outro, em função das condições climáticas, sócio-econômicas, culturais e técnicas das diferentes coletividades humanas, bem como das influências do meio físico e natural.

Nos dias atuais, o descompasso técnico e econômico entre as diferentes áreas e culturas agrícolas do país é notório. Concomitantemente convivem áreas e culturas com capacidades distintas de responder aos estímulos para a renovação das forças produtivas e da expansão do meio técnico-científico-informacional, apresentando acentuado contraste entre si. Desta forma, nas áreas agrícolas que mais têm calcado seu desenvolvimento de forma integrada aos demais setores econômicos e em bases técnico-científicas, é comum o processo de substituição das culturas voltadas à demanda do mercado interno de alimentos (como o arroz, o feijão, o milho, a mandioca, a batata, a cebola, entre outros), pelas culturas voltadas à

exportação (soja, cana-de-açúcar e laranja principalmente), com preços mais competitivos no mercado internacional.

Estas últimas passaram a ocupar parte significativa da pauta de exportações do Brasil, nas décadas mais recentes e caracterizam-se por serem produzidas em grandes propriedades; por terem amplo acesso ao capital financeiro e às inovações técnico-científicas; por contarem com um sistema de transporte e armazenamento modernos e por todos os demais signos da produção agrícola brasileira moderna, como é o caso do Estado de Mato Grosso.

Como visto, neste processo de divisão do território, ganharam destaque às áreas que passaram a produzir produtos agropecuários industrializados ou semi-industrializados, voltados em grande parte para a exportação, gerando uma situação de privilégio econômico e uma nova classe de empresários agrícolas e agroindustriais, com grande concentração de terras e de renda.

Neste embuste, se torna importante salientar o fato de que os programas de pesquisas para a agricultura, utilizados nas décadas passadas, apesar das grandes oportunidades e riquezas, tiveram um impacto negativo sobre a distribuição de renda e terras, bem como para a oferta de alimentos, tudo isso gerando na maioria dos municípios da área de estudo, além de territórios economicamente alternativos, um grande contingente populacional composto de desempregados (oriundos do campo), analfabetos e semi-analfabetos, desprovidos de conhecimento técnico suficiente para se destacarem no novo modelo de profissionais exigidos no mercado agropecuário.

Desse modo, pode se afirmar que a manutenção da qualidade da vida humana em cada um destes territórios depende da constante capacidade coletiva para se aperfeiçoar, já que se encontra no centro da cidade, uma verdadeira revolução econômica, pois o comércio central se volta a atender esta nova população, ávida por uma padronização de qualidade e atendimento. Portanto, ao se fazer um breve passeio pelo centro destes municípios, pode-se encontrar *boutiques*, supermercados, lojas, restaurantes e casas noturnas dignas de grandes centros nacionais. Torna-se evidente então a exclusão social e econômica e o contraste da qualidade de vida entre os munícipes, mesmo levando-se em conta que a maioria dos municípios da área estudada apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano equiparado ou até superior a média nacional, não se pode negar que o grande

contraste exista e que a exclusão social se tornou um dos grandes problemas destas regiões.

Mesmo diante da busca de melhorias e novas técnicas para melhor aproveitamento e menor impacto sob essas áreas produtoras, tem-se ainda que ressaltar que, além dos problemas sociais anteriormente citados, há que se dar ênfase a questão ambiental, já que a indiscriminada retirada da cobertura vegetal implica no comprometimento da biodiversidade bem como coloca em risco o desenvolvimento de inúmeras espécies animais dependentes do meio para se alimentar, reproduzir, abrigar. Daí, um dos aspectos que asseguram a insustentabilidade desse modelo de desenvolvimento do ponto vista ambiental. Não se pode deixar de lembrar ainda, que as florestas da área no entorno da BR-163 possuem um vasto estoque de madeira, que se exploradas de forma manejada podem gerar uma economia florestal sustentável.

Para finalizar, no decorrer deste trabalho, pode-se verificar através dos mapas históricos elaborados, uma dinâmica territorial imensa na região estudada, essa dinâmica, atinge todos os âmbitos da produção de um espaço geográfico, sendo que a mesma modificou/criou estruturas físicas, sociais, econômicas, ambientais e humanas na região, produzindo um espaço no qual atores de diferentes culturas e níveis de conhecimento interagem na manutenção do território. É necessário que se aparem arestas, a fim de direcionar as ações, trabalhos e pesquisas para que a realidade dessa área, no futuro, seja a que apresente menores disparidades sociais, econômicas e ambientais. Enfim, como mostrado nos dados, gráficos, tabelas e mapas deste trabalho, a região do médio norte mato-grossense pode ser classificada como uma das regiões onde mais ocorreram transformações territoriais no Centro-Oeste. Mais especificadamente a área estudada, que dispõe de uma riqueza territorial, ambiental, sócio-cultural e econômica muito grande. Todos esses fatores contribuem para que seu crescimento econômico e desenvolvimento regional ocorram de forma ordenada e promissora, aumentando ainda mais os níveis de produção, armazenagem e beneficiamento para os produtos oriundos do *commoditie* soja e demais produzidos na região, elevando a região ao posto de mais promissora e desenvolvida do país, mas não acrescentando somente aos seus índices de produção e sim em todas as áreas cabíveis aos setores sócio-culturais e ainda de forma a preservar o patrimônio natural.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDES, J. A., FREIRE, O.L. **Geografia da soja: BR-163: Fronteiras em Mutação**. Rio de Janeiro, Arquimedes Edições, 2006; 13-38.

_____. **Novas territorialidades no Cerrado Mato-grossense**. Relatório Final de Pesquisa, CNPq, 2004.

BERTRAND, J. P. **Dinâmica da soja no Brasil: o Estado de Mato Grosso em destaque**. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, Vol. 22, numero 01, p. 109-123, 2005.

CATAIA, M. A., SILVA, S. C. **Criação de novos municípios: uma face da modernização técnica e corporativa do território**. Síntese de relatório parcial de pesquisa intitulada "O Papel dos Macrossistemas Técnicos (rodoviário e energético) na Fragmentação do Território Brasileiro". Desenvolvido com bolsa de iniciação científica financiada pelo CNPq. São Paulo, Editora da USP, 2003.

CORRÊA, R.L. Território e Corporação: um exemplo. In: SANTOS, M., SOUZA, M. A.A. de, SILVEIRA, M.L. (org.). **Território Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus Municípios**. Cuiabá, Secretaria de Educação e Cultura-SEDUC, 2001

FIGUEIREDO, Margarida Garcia de. **Agricultura e estrutura produtiva do Estado do Mato Grosso: uma análise insumo/produto**. Dissertação de Mestrado, Piracicaba, 2003.

FORTUNA, D. S. Espaço-Rede, produtividade e (re)ordenamento Espacial: notas sobre as (re)interpretações dos "impactos" da rodovia BR-163 na porção Norte matogrossense. In: Geografias da Soja, BR-163: Fronteiras em Mutação. Arquimedes, Rio de Janeiro, 2005, 77-98.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Demográficos de 1940; 1950; 1960; 1970; 1980; 1991; 2000**. Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE, **Produção Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro, 2003.

IBGE, **Produção da Extração Vegetal e Silvicultura**. Rio de Janeiro, 2003.

IBGE, **Produção da Pecuária Municipal**. Rio de Janeiro, 2003.

MATO GROSSO. Gabinete de Planejamento e Coordenação do Governo do Estado do Estado. **Perfil do Município de Diamantino**. Assessoria de Informações Técnicas – AIT. Gráfica do Gabinete. Cuiabá, 1984.

MATO GROSSO, Secretaria de Planejamento de Mato Grosso - SEPLAN. **Anuário Estatístico de Mato Grosso, 2004**. Vol. 26 Seplan-MT, Central de Texto, 2005.

MORENO, G. SOUZA-HIGA, T. C. C. Dinâmica populacional de Mato Grosso. In **Geografia de Mato Grosso: Território, Sociedade e Ambiente**. Entrelinhas, Cuiabá, 2005, p. 72-87.

PEIXINHO, D. M. A espacialização da soja em Mato Grosso. In **Geografias da soja – BR-163: Fronteiras em mutação**. Rio de Janeiro, Arquimedes Edições, 2006, 154-174.

RAFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado. Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. Coleção Geografia: Teoria e Realidade, série Linha de Frente. SP, Hucitec, 1988.

_____ **Técnica espaço tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____ **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. (1ª ed., 1996). São Paulo, Edusp, 2002.

SEPLAN/MT – Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso. **Hierarquização do Espaço Regional**. Vol. I. Cuiabá: SEPLAN/MT, 2000.

_____ **Hierarquização do Espaço Regional**. Vol. II. Cuiabá: SEPLAN/MT, 2000.

SOUZA-HIGA, T. C. C. A reordenação do Território. In **Geografia de Mato Grosso: Território, Sociedade e Ambiente**. Entrelinhas, Cuiabá, 2005, p. 88-101.